

# A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA: ÁSIA-PACÍFICO-GRANDE EURÁSIA VS INDO-PACÍFICO

Marcos Cordeiro Pires<sup>1</sup>

Lucas Gualberto do Nascimento<sup>2</sup>

## Introdução:

A grande massa terrestre eurasiática é uma zona geopolítica chave no sistema internacional. Segundo Moniz Bandeira (2017, 1-2), a Eurásia é a massa de terra que se estende da Europa à Ásia, tendo o seu *Heartland* essencialmente na Ásia Central. O controle desta “área pivô”, como denominada por Mackinder (1904) no clássico geopolítico *The Geographical Pivot of History*, garante a um país a vantagem do poder terrestre - a *World Island*, naquela que é conhecida como “a maior fortaleza natural da Terra”. O ator que dominar o *Heartland*, na lógica do poder terrestre, domina a Eurásia. Portanto, um melhor posicionamento geopolítico na Ásia Central é um fator decisivo nas disputas hegemônicas atuais, em que se contrapõem atores de peso como os Estados Unidos, a União Europeia, a Rússia e a China.

Do ponto de vista histórico, é importante ressaltar o quão é estratégico é o domínio do *Heartland*. Vale lembrar do sucesso das tropas de Gengis Khan, no século XIII, que avançaram da Mongólia até a Europa Central,

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUCSP). Coordenador do Grupo de Pesquisa BRICS (Unesp), Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais - Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Membro do Grupo de Pesquisa BRICS (Unesp) e do Grupo de Pesquisa Geopolítica, Integração Regional e Sistema Mundial (GIS-UFRJ), Brasil.

das hostes turco-mongóis de Tamerlão, no século XIV, que chegaram a se aproximar das conquistas do primeiro, ou ainda da expansão otomana, nos séculos XV e XVI, que conquistou os Balcãs, o Egito e sitiou Viena em duas oportunidades. Já nos séculos XVIII e XIX, diante do refluxo do império turco-otomano, as principais disputas pelo controle do *Heartland* se deram entre o Império Britânico, depois de consolidado seu poder na Índia (Raj), e o Império Russo, que avançava desde o Cáucaso até a Ásia Central e, posteriormente, em territórios da decadente dinastia Qing, na China.

Já durante o século XX, a União Soviética consolidou o controle sobre as antigas áreas do império czarista, fato que persistiu até 1991, quando ocorreu a sua implosão. Posteriormente, depois de uma década de instabilidade e decadência, a liderança da Rússia buscou recriar a sua área de influência estratégica, justamente quando novos atores políticos entraram em cena, como o nacionalismo das ex-repúblicas soviéticas, a insurgência sunita, o nacionalismo turco e a presença dos Estados Unidos no Afeganistão.

Atualmente, as novas reconfigurações políticas e econômicas da Eurásia têm sido um tema muito relevante nas relações internacionais. Potências regionais que foram subjugadas pelo imperialismo estão novamente em pé, como a China e a Índia. As tradicionais áreas de influência da Rússia são objeto de ações políticas de potências extrarregionais, como os Estados Unidos e a União Europeia. A Rússia tenta recuperar seu terreno por meio da União Econômica Eurasiática (EAEU), a China oferece aos países asiáticos (mas não apenas) a Belt and Road Initiative (BRI), enquanto que os Estados Unidos busca se alinhar com Índia, Japão e Austrália por meio do Quad, como instrumento para refrear a crescente influência chinesa. Nesse sentido, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), liderada por Rússia e China, busca organizar estratégias de segurança regional para fazer frente, originalmente, à insurgência sunita, mas que busca aumentar a coordenação ao incorporar Índia, Paquistão e Irã, entre outros.

Para fazer frente a essas transformações que estão alterando profundamente os rumos da política e da economia mundiais, este artigo tem por objetivo descrever os principais elementos e processos em curso na região da Eurásia envolvendo de forma mais específica a ação de três atores essenciais: os Estados Unidos, a Rússia e a China. Nesse sentido, organizamos o trabalho em seis seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Num primeiro momento, buscamos ressaltar a importância da Eurásia como espaço que historicamente influenciou as disputas hegemônicas entre as grandes potências. Em seguida, por conta das novas configurações econômicas da região, analisaremos a Eurásia como espaço para a cooperação para o desenvolvimento, apresentando em linhas gerais os objetivos da

iniciativa russa da EAEU, bem como da BRI. Passo seguinte, analisaremos mais especificamente as intersecções das estratégias econômicas de Rússia e a China sino-russa na BRI e na EAEU. Por fim, abordaremos a abordagem dos Estados Unidos para com a China, especificamente a transformação de sua estratégia “Ásia-Pacífico”, formulada durante o governo de Barack Obama, até a articulação da abordagem “Indo-Pacífico”, que inclui a Índia no mecanismo regional de contenção da China, desenvolvida por Donald Trump e que aparentemente continua no governo de Joe Biden.

## A Eurásia como Espaço de Disputas Hegemônicas

Para se refletir sobre a importância geopolítica da região eurasiática, é importante resgatar as ideias de teóricos que destacaram a importância do poder terrestre no equilíbrio da política internacional. Como vimos, diferentes poderes ao longo da História realizaram tentativas de estabelecer hegemonia buscando conquistar esta parte do mundo. Em seus escritos sobre os desenvolvimentos geoestratégicos da Eurásia, o ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Zbigniew Brzezinski, enfatizou a importância da geopolítica da Eurásia para o grande jogo de poderes nas relações internacionais. Sendo um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos a prevenção de uma parceria rival contra-hegemônica eurasiática, a identificação e a “tutela” de potências-pivô na Eurásia vem sendo uma estratégia constante da política externa dos Estados Unidos, como quebrar a possibilidade de alianças entre as potências regionais contra Washington. Seguindo a mesma estratégia geopolítica, Brzezinski afirma que

A identificação dos principais pivôs geopolíticos da Eurásia pós-Guerra Fria, e protegê-los, é, portanto, também um aspecto crucial da geoestratégia global da América. [...] Nas atuais circunstâncias globais, pelo menos cinco atores geoestratégicos importantes e cinco eixos geopolíticos [...] podem ser identificados no novo mapa geopolítico da Eurásia. França, Alemanha, Rússia, China e Índia são atores importantes e ativos. [...] Potencialmente, o cenário mais perigoso seria uma grande coalizão de China, Rússia, e talvez Irã, uma coalizão “anti-hegemônica” unida não por ideologia, mas por reclamações complementares (Brzezinski 1998, 41-55, tradução própria).

Na prática, este objetivo foi alcançado em 1972, quando os governos da China e dos Estados Unidos criaram uma aliança informal para conter a influência da União Soviética na Ásia, notadamente no Sudeste Asiático. Foi uma ação muito importante, pois conseguiu apartar os dois principais países

socialistas, fato que viabilizou a derrota da URSS em 1991. Este tema é tratado por um dos artífices desta solução, o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger, que explicou a lógica do governo de Mao Tsé-Tung em seu aliar ao “Tigre de Papel”, como ele chamava os Estados Unidos, a partir da experiência milenar da China, no caso a lógica de se aliar a um inimigo distante para enfrentar o que está mais próximo (Kissinger 2011).

Adicionalmente, no final da década de 1970, a estratégia dos Estados Unidos contra a URSS tomou forma ao estimular correntes islâmicas nas bordas da União Soviética, forçando este país a uma malfadada invasão do Afeganistão, que ameaçava o governo aliado de Moscou e que tinha potencial para desencadear revoltas dentro do próprio país, principalmente nas regiões com forte influência islâmica. Nessa empreitada, os EUA contaram com o apoio do Paquistão, que, como se sabe, é um tradicional aliado do governo da China. No contexto pós-URSS, foram essas forças que desestabilizaram as regiões da Chechênia e do Daguestão, dentro da Federação Russa. Para tornar a situação mais complexa, os Estados Unidos apoiaram várias as iniciativas para incluir países do ex-bloco soviético em sua esfera de influência, como ocorreu na Geórgia e, depois do início das guerras do Afeganistão e do Iraque, por meio da implantação de bases militares no Uzbequistão, na Quirguízia e no Tadjiquistão (Le Monde Diplomatique 2003). Como resposta à ameaça extremista islâmica transfronteiriça, foi criada a Organização de Cooperação de Xangai, em 2001, para coordenar ações de segurança, inteligência e anti-insurgência na Rússia, na Ásia Central e na China.

Após o breve período conhecido como “momento unipolar” (Wohlforth 1999), quando os EUA figuram praticamente sem rivais na ordem internacional durante a década de 1990 e início da de 2000, tal situação vem sendo questionada por conta de um maior alinhamento entre Rússia e China, não apenas na OCX, mas em outros fóruns, como o BRICS, a *Belt and Road Initiative* (BRI) e a União Econômica Eurasiática (EAEU). Esta nova configuração, ao menos em tese, marcada pelo paradigma da Grande Eurásia (*Greater Eurasia*), visa estabelecer uma Parceria Econômica Eurasiática (*Eurasian Economic Partnership*), ao conectar as fronteiras do Pacífico às fronteiras da União Europeia. Diante desse novo quadro, a política externa dos Estados Unidos busca impedir que outras potências emergentes - especialmente China e Rússia - possam estabelecer um polo alternativo de poder na região. De acordo com Lukin (2020, 175-176),

O principal imperativo dos EUA [...] seria evitar o surgimento de um único Estado ou aliança de Estados capaz de unificar a Eurásia não-europeia contra os Estados Unidos. [...] Assim, foi reconhecido que o perigo para os Estados

Unidos não seria um regime político em particular, mas simplesmente todos os principais Estados independentes e influentes [...] a saber, a perda de controle de Washington sobre a Eurásia resultante do aprofundamento e reaproximação entre as duas principais potências da Eurásia: Rússia e China (tradução própria).

A mudança de curso da política internacional no sentido do eixo eurasiático ganhou maior impulso depois da crise de 2008, que potencializou o papel da China no cenário internacional, e a crise ucraniana, que levou o governo de Moscou a incorporar a região da Criméia, de maioria russa, o que acarretou a imposição de uma série de sanções impostas pelos EUA e pela União Europeia (UE) e o avanço das forças da OTAN para as proximidades das fronteiras russas (Laruelle 2017, 156-157). A forte dependência da Rússia dos mercados da UE para o escoamento de sua oferta de gás e petróleo, em meio às sanções, fez acender o sinal de alerta sobre as vulnerabilidades econômicas do país, levando-o a priorizar seus laços com o Oriente, principalmente com a China, com a qual estabeleceu um acordo (The Guardian 2014), em maio de 2014, no valor de US\$400 bilhões, para venda de gás e construção de gasodutos por um período de 30 anos, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 2019 (CNN 2019).

As ações de China e Rússia são vistas como forte ameaça pelo governo de Washington, percepção que remota ao governo Obama, principalmente depois dos incidentes da Ucrânia, em 2014. Recentemente, o governo dos Estados Unidos, por meio do documento “Renewing America’s Advantages: Interim National Security Strategic Guidances (2021), reafirmou as preocupações com relação à China e Rússia presentes em outros estudos prospectivos que buscam apoiar as estratégias de defesa do país. De acordo com o texto:

Devemos também enfrentar a realidade de que a distribuição de poder pelo mundo está mudando, criando novas ameaças. A China, em particular, tornou-se rapidamente mais assertiva. É o único competidor potencialmente capaz de combinar seu poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para lançar um desafio sustentado a um sistema internacional estável e aberto. Rússia continua determinado a reforçar a sua influência global e desempenhar um papel perturbador no cenário mundial. Pequim e Moscou investiram pesadamente em esforços para verificar os pontos fortes dos EUA e nos impedir de defender nossos interesses e aliados em todo o mundo.” (The White House 2021, 7-8) (Tradução própria)

Não é o caso de descrever todos os movimentos recentes que tratam do aumento das rivalidades entre Estados Unidos, de um lado, e China e Rússia,

de outro, pois, independentemente de flutuações conjunturais, o tema das disputas estratégicas no espaço eurasiático é um problema estrutural e como tal merece ser tratado. Logo, é preciso compreender as movimentações de “placas tectônicas” que ocorrem na região e como isso impactará o cenário internacional. Nesse aspecto, as novas articulações econômicas devem ser melhor compreendidas, pois não conformam apenas a construção de infraestruturas, mas de laços de interdependência que podem embasar novos níveis de articulação política.

## A Eurásia e a Cooperação para o Desenvolvimento

Conforme descrevemos anteriormente, é preciso a refletir sobre a lógica da competição estratégica entre Estados Unidos, de um lado, e Rússia e China, de outro, para compreender como os esses atores têm se posicionado no terreno eurasiático. Nesta seção, iremos nos concentrar apenas nos atores regionais, notadamente nos mecanismos de cooperação liderados por Moscou e Pequim.

Do ponto de vista da Rússia, o conceito de Grande Eurásia assumiu uma prioridade geoestratégica com vista a estabelecer obter maior autonomia, não buscando um papel subordinado em uma ordem voltada para o Atlântico, nem ignorando a ascensão asiática para o leste. Assim, a integração eurasiática na perspectiva russa decorre desses dois fatores. Por um lado, pelo fracasso de sua parceria com a União Europeia e os Estados Unidos, pois o país foi expulso do G8, em 2014, depois da anexação da Criméia, e vem sofrendo com sanções comerciais e com o aumento das pressões militares da OTAN, que busca cercar estrategicamente as fronteiras ocidentais da Rússia, como no Báltico, na Ucrânia e na Geórgia (Bandeira *op. cit.*, 61). Por conta disso, buscou se integrar à ascensão da Ásia oriental, capitaneada pela China, como uma válvula de escape para a sua produção de petróleo e gás diante das mencionadas sanções.

A China, por sua vez, tem buscado mitigar a instabilidade em duas fronteiras visto que persistem muitos passivos com sua vizinhança: (1) a ameaça da insurgência sunita, a Oeste; (2) a demarcação de fronteiras com a Índia e o Paquistão, ao Sudoeste; (3) a reunificação de Taiwan, a Leste; (4) a garantia de seus direitos marítimos e sobre ilhotas no Mar da China, ao Sudeste; (5) a instabilidade na Península Coreana; e (6) as tradicionais rivalidades com o Japão. Considerando os itens “5” e “6” há que se considerar a presença de tropas dos Estados Unidos nesses países. Nesse sentido, a criação de arranjos como a Iniciativa Belt and Road, a atuação no grupo dos BRICS e na OSX e a criação do AIIB e do NDB podem ser consideradas ações

não apenas potencializar a economia chinesa, mas também como braços do esforço diplomático para reverter parte das ameaças percebidas por Pequim.

Por conta disso, a nova configuração do mapa geopolítico da Grande Eurásia é baseada na complementaridade do comércio chinês e seus interesses econômicos, juntamente com as preocupações russas sobre segurança no flanco ocidental e de governança em toda a rota que abrange a EAEU e a BRI liderada pela China (Serbin *op. cit.*, 41).

O desenvolvimento da Grande Eurásia como uma parceria estabelecida entre as geoestratégias russas e chinesas foi incorporada nas declarações oficiais conjuntas das relações sino-russas. Para comemorar o aniversário de 15 anos do Tratado de Amizade, Vizinhança e Cooperação de 2001 - que abriu caminho para o desenvolvimento de uma maior cooperação entre Rússia e China – as duas potências afirmaram, em relação à EAEU e à BRI:

As partes enfatizam a importância primordial que atribuem à implementação do acordo russo-chinês de cooperação em conjunto com a construção da União Econômica Eurasiática (EAEU) e do Cinturão Econômico da Rota da Seda, conforme registrado na Declaração Conjunta relevante de 8 de maio de 2015. Rússia e China são a favor da criação de uma parceria abrangente eurasiática baseada nos princípios de abertura, transparência e levando em consideração interesses mútuos, incluindo o possível envolvimento dos países da EAEU, da OCX e da ASEAN. Nesse sentido, os Chefes de Estado encarregaram os governos dos dois países de atuar junto aos órgãos competentes e propor medidas para a implementação da iniciativa, a fim de contribuir para o aprofundamento dos processos de integração na região (СОВМЕСТНОЕ 2016, tradução própria).

Portanto, formada com base na EAEU e na BRI, a parceria da Grande Eurásia assenta-se nos seguintes pontos: (a) Reaproximação sino-russa, ligando a BRI e a EAEU; (b) Agrupamentos não-ocidentais, especialmente OCX, ASEAN e BRICS; (c) Parceria de Estados não-ocidentais nos objetivos da Grande Eurásia; (d) Convergência de interesses políticos e econômicos para a superação da percepção de unipolaridade buscada pelos Estados Unidos, em um movimento semelhante à Conferência de Bandung de 1955; (e) Parcerias econômicas como plataformas para uma maior cooperação, especialmente através da Ásia Central e Europa, com o estabelecimento do Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt - SREB*), e da Rota da Seda Marítima através de parceiros da ASEAN, ambos setores da BRI; (f) A Grande Eurásia é uma parceria aberta, desde que respeitados os princípios da não-interferência e da multipolaridade; portanto, países europeus e outros possíveis parceiros podem ser incluídos (Lukin *op. cit.*, 177-178).

Em síntese, China e Rússia estão articulando suas estratégias e paradigmas de política externa com base em suas próprias visões projetadas com foco na Eurásia. Apesar de terem prioridades diferentes em suas orientações geoestratégicas, China e Rússia têm buscado interesses complementares na Eurásia, especialmente no que diz respeito a uma maior integração econômica e ao estabelecimento de parcerias preferenciais. A União Econômica Eurasiática, liderada pela Rússia, juntamente com a *Belt and Road Initiative*, liderada pela China - especialmente o *Silk Road Economic Belt* - demonstraram sinergias no sentido de construir uma parceria estratégica sino-russa de modo a influenciar desenvolvimentos futuros na Eurásia, em um movimento de ambas as potências em seus termos geoestratégicos. Estas duas iniciativas serão abordadas a seguir.

### Principais Aspectos da União Econômica Eurasiática (EAEU)

A União Econômica Eurasiática (EAEU), oficialmente lançada em 2015, é uma organização internacional crucial na política externa russa contemporânea. A União representa as concepções russas sobre comércio regional, integração e inserção internacional. Anteriormente à sua criação, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) era a principal organização regional a congregar as repúblicas pós-soviéticas, especialmente na década de 1990. Os primeiros três Estados membros - Rússia, Belarus e Cazaquistão - juntaram-se à Armênia e ao Quirguistão na criação da EAEU, que entrou em vigor naquele ano. Atualmente, a EAEU é uma organização regional na Eurásia que representa 183 milhões de habitantes, em um PIB combinado de US\$ 2,2 trilhões e trocas comerciais de US\$ 900 bilhões. Embora seja preocupante a não participação da Ucrânia, devido às disputas geopolíticas em termos de alianças regionais e de segurança - especialmente em relação à UE e à OTAN - a EAEU é um avanço da atual política externa russa nos assuntos regionais e da Eurásia (Serbin *op. cit.*, 79-80).

Atualmente, a principal aspiração da EAEU é tornar-se uma organização eurasiática capaz de representar um polo de influência entre a Europa e a Ásia-Pacífico, especialmente no que diz respeito à ascensão chinesa no sistema mundial. Representa uma postura assertiva da Rússia em remodelar a configuração de sua zona de influência imediata; é um relançamento de uma iniciativa russa para o espaço pós-soviético, representando a visão atual do país para os desenvolvimentos futuros da Eurásia. A consideração da Rússia como uma grande potência abrange suas noções de integração regional, comércio e segurança. A introdução da livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, bem como políticas comuns

de agricultura, transporte e energia, podem contribuir para uma ampliação da organização no futuro, se mais sucessos forem demonstrados ao longo de seu desenvolvimento. Apesar de possuírem abundância de recursos naturais - como energia, minerais e o setor agrícola - os membros da EAEU carecem de um setor financeiro plenamente desenvolvido e de recursos tecnológicos que impulsionem a inovação (SERGI 2018, 4). Há uma complementaridade entre os recursos da EAEU e as capacidades chinesas, uma vez que o fortalecimento da União, num quadro de mercado comum, impulsiona a China a negociar com os países da EAEU em bloco, aumentando a sua influência nas relações de barganha com Pequim. O sentido geopolítico na criação da União converteu a Eurásia em uma região de relações multipolares, visto que há a disposição de relações trilaterais entre a EAEU, a UE e China, bem como outros países da Ásia-Pacífico, especialmente a ASEAN. Portanto, a União faz parte de uma estratégia russa de restabelecimento de uma esfera geopolítica própria, o que garantiria maior estabilidade em termos econômicos e de segurança (Serbin *op. cit.*, 83).

Finalmente, a EAEU busca estabelecer a China como principal parceiro, pois sua ascensão tem oferecido maiores oportunidades econômicas para a região do que a frente europeia, simultaneamente oferecendo uma maior estabilidade econômica e uma plataforma de interlocução com a China em pé de igualdade. Do ponto de vista discursivo, a Rússia compreende o paradigma da Grande Eurásia e sua parceria chinesa não como uma ameaça às demais potências (EUA, EU, Japão, Índia) mas uma oportunidade para alavancar os investimentos e a cooperação, especialmente em transporte e infraestrutura, uma vez que essa parceria tende a trazer desenvolvimento econômico ao extremo oriente russo, uma região estratégica para as aspirações de Moscou (LEWIS 2018, 3-4).

## Principais Aspectos da Belt and Road Initiative (BRI)

A *Belt and Road Initiative*, lançada oficialmente durante uma visita de Xi Jinping ao Cazaquistão em 2013, configura-se como um ambicioso corredor econômico, inspirado na antiga Rota da Seda, como sendo capaz de integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, principalmente a partir da Rússia, pela sua via terrestre, e a partir do Oceano Índico por sua via marítima. Este projeto teve por inspiração a antiga Rota da Seda, que teve grande relevância entre os séculos II aC e o século XV (Sang 2019, 13). No total, a iniciativa engloba seis corredores econômicos, que perpassam mais de 60 países no total, que contam com 60% da população global e um terço do PIB mundial (ONE 2015).

O *Silk Road Economic Belt*, de acordo com o *China-Britain Business Council* (ONE 2015), desenvolverá “pontes terrestres eurasiáticas”, em uma cadeia logística que conectará o litoral chinês ao Porto de Rotterdam, nos Países Baixos, com diversos corredores econômicos ao longo da rota, conectando a China à Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático. Esta rota terrestre possui como inspiração as antigas conexões entre os Impérios Romano e Chinês, surgida durante a Dinastia Han (século III aC – século I dC).

Ademais, a *21st Century Maritime Silk Road*, uma rota marítima, percorre o litoral leste chinês, pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico, até o continente europeu, também percorrendo o chamado “Chifre da África” e o Canal de Suez. O seu objetivo é melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o desenvolvimento de um corredor marítimo no Oceano Índico – o que dependeria diretamente de acordos benéficos à Índia, para que esta participe do projeto. O eixo marítimo da BRI busca inspiração histórica nas rotas surgidas na Dinastia Tang (século VII – século X), com seu auge na Dinastia Ming no século XV, quando o almirante Zheng He estabeleceu rotas de comércio com o continente africano, perpassando o litoral indiano e o Golfo Pérsico, tal como a atual *Maritime Silk Road* (Conti e Mozias 2020, 213).

A iniciativa, que começou a operar em 2015, possui como objetivo “[...] conectar o vibrante círculo econômico asiático, de um lado, até o círculo econômico europeu, do outro, e alinhar países com grande potencial para desenvolvimento econômico” (ONE 2015). Tal estratégia desdobra-se em vários objetivos, como: a promoção do crescimento econômico do interior chinês; a integração da infraestrutura dos países integrantes do corredor, intensificando suas trocas comerciais; aproximação política e diplomática entre os países da Eurásia, entre algumas das principais. Tais metas visam expandir a influência chinesa, visto o seu ascendente padrão tecnológico na produção e a sua larga acumulação material. Ademais, Conti e Mozias (*op. cit.*, 213-215) destacam a BRI como resultado de um potencial acumulado chinês em termos econômicos de escala quantitativa; a superprodução chinesa, manifestada já em 2014 pelo excesso de capacidade produtiva no setor de aço e cimento, além da enorme quantidade de construções sem compradores, requeria como solução para este problema a exportação de capacidades ociosas, quando o pacote de investimentos lançado posteriormente à crise do Lehman Brothers, no final de 2008, esgotou sua capacidade de conter os efeitos da crise internacional. No entanto, é importante frisar que a China saiu fortalecida da crise, visto que desde 2014 já é a maior economia em termos de Paridade do Poder de Compra (PPP em inglês), além de tornar o maior trader do mundo, em exportações e importações, de possuir as maiores

reservas internacionais de divisas e incluir o Renminbi na cesta de divisas do FMI em 2015.

De modo a financiar os projetos de infraestrutura da BRI, uma rede de fontes foi criada, composta pelo Fundo da Rota da Seda (*Silk Road Fund*, com capital inicial de US\$40 bilhões); Banco Asiático de Desenvolvimento de Infraestrutura (AIIB em inglês, com capital chinês de US\$100 bilhões); e o Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como Banco do BRICS, com US\$50 bilhões. As consequências desta expansão do poder chinês de projeção são evidentes nas disputas China-EUA vigentes.

[...] a concorrência entre a China e os EUA também está aumentando na África, América Latina, Ásia Central e no Sudeste Asiático. Ambas as potências estão interessadas nas matérias-primas e nos mercados dessas regiões. Essa nova bipolaridade emergente no mundo praticamente determina o contexto e o conteúdo da BRI: ao oferecer aos chamados países em desenvolvimento um projeto de co-desenvolvimento, a China os puxa para o seu lado (Conti e Mozias *op. cit.*, 215).

Este grande volume de recursos conferiu à China um papel de destaque como fonte de financiamento ao desenvolvimento juntos aos países periféricos, superando em muito os empréstimos de organismos multilaterais como o Banco Mundial e seus congêneres regionais na Ásia, África e América Latina. Em tese, os beneficiários dos projetos da BRI terão uso de tecnologias e inovações chinesas, principalmente o transporte ferroviário de alta velocidade, transmissões de longa distância, comunicações - com destaque para o 5G, tecnologia de energias renováveis – especialmente a solar e a eólica, e construção civil. Vistos a partir dos países em desenvolvimento, as promessas do BRI e o sucesso das reformas econômicas chinesas tornaram-se um importante cartão de visitas do *soft power* chinês.

Por suas dimensões, a BRI possui o potencial de auxiliar a China na mudança de centro gravitacional da economia mundial, reforçando a sua importância no comércio internacional e suas relações com outros países (Conti e Mozias, *op. cit.*, 216-218). Também potencializa a Eurásia como a grande área de expansão do sistema-mundo, principalmente a partir de uma parceria ativa e estratégica com a Rússia. Tais relações político-econômicas fazem parte de um paradigma de ordem internacional, frequentemente chamado de diplomacia da “comunidade de destino comum” em discursos chineses, como vem ocorrendo desde as reuniões do XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2012, quando se mencionou de forma enfática a busca de um desenvolvimento compartilhado com outros

países e regiões em desenvolvimento (Sang 2019, 14).

Para a análise dos desdobramentos do plano de ação da BRI, esta é esquematizada nos seguintes corredores prioritários (Sang *op. cit.*, 15-16):

1. *New Eurasian Land Bridge*: Eixo conector da China à União Europeia, precursor da União Econômica Eurasiática (EAEU);
2. *China-Mongolia-Russia Economic Corridor*: Eixo conector do nordeste da China à Mongólia e à Sibéria russa, por meio ferroviário, oleodutos e gasodutos; há projetos paralelos visando fomentar o turismo, a agricultura e a ciência e tecnologia;
3. *China-Pakistan Economic Corridor*: Corredor da BRI capaz de ligar a província ocidental de Xinjiang ao Oceano Índico, a partir do porto paquistanês de Gwadar;
4. *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor*: Eixo conector da Baía de Bengala e Oceano Índico ao sul da China, através de ferrovias, rodovias, portos oleodutos e canais;
5. *China-Indochina Peninsula Economic Corridor*: Eixo conector da península do Sudeste Asiático ao sul da China, por meio de trens de alta velocidade e portos;
6. *China-Central Asia-West Asia Economic Corridor*: Eixo que perpassa a Ásia Central, Irã e Turquia, até chegar ao continente europeu.

Concluindo esta seção, o paradigma da Grande Eurásia abrange a parceria estratégica sino-russa na política internacional, que combina principalmente as perspectivas e objetivos econômicos da China, juntamente com as preocupações de segurança e estrutura regional da Rússia. Portanto, a fim de moldar as futuras relações interestatais eurasiáticas, ambas as potências estão contribuindo para construir suas capacidades conjuntas na região, mesclando seus principais interesses geopolíticos. Mesmo que haja grandes desafios para o desenvolvimento desta estratégia, notadamente a ação de contenção dos Estados Unidos e de seus parceiros da OTAN com vistas a cooptar ou desestabilizar os países mais frágeis, ambas as potências podem se beneficiar mutuamente da combinação dos objetivos entre a EAEU e a BRI como pilares da Grande Eurásia. Tal tema será aprofundado na seção seguinte.

## A parceria Estratégica Sino-Russa na BRI e na EAEU: Grande Eurásia e Ásia-Pacífico

Conforme discutimos na seção anterior, foi a partir da gestão de objetivos pragmáticos de política externa que Rússia e China iniciaram um processo de reaproximação que tem por base uma nova centralidade da Eurásia (Freire 2013). A partir de novas diretrizes assentadas no tratado de amizade, de 2001, as relações sino-russas intensificaram-se rapidamente desde então. Diversos resultados positivos foram obtidos a partir de um maior entendimento mútuo, a destacar os seguintes: resolução das questões fronteiriças remanescentes; forte intensificação das relações comerciais; importantes programas de integração político-econômica e de infraestrutura, a destacar a BRI e o BRICS. Tais fatores são preponderantes para analisar a aproximação sino-russa como um elemento constituinte de uma dinamização da crescente integração eurasiática (Mikhailova 2013).

A convergência entre os dois atores é demonstrada nos acordos firmados para o lançamento da plataforma BRI de integração de infraestrutura. A partir da plataforma de cooperação sino-russa, tanto o programa BRI como a EAEU estão em profunda cooperação, o que engloba um corredor de alinhamento político-econômico com capacidade de integrar a Ásia-Pacífico à Europa Ocidental (Escobar 2017). Tais corredores comerciais, citados anteriormente, em conjunto com as plataformas de financiamento lançadas pela China, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o *New Development Bank* (NDB), este dentro do BRICS, possuem o potencial de liderar a expansão do seu padrão tecnológico, em aliança com outras potências emergentes em plataformas de cooperação.

O conceito de parceria estratégica, o qual permeia as principais relações da China com aliados cruciais para o sucesso da BRI – principalmente a Rússia, por sua característica geográfica chave como o centro eurasiático – é expresso por Kowarski (2013, 108) como uma parceria que

[...] opera em um nível mais profundo: no intercâmbio de ideias e pontos de vista sobre os contornos da ordem internacional. Essa troca de perspectivas, sobre temas globais, nos quais as vozes russa e chinesa possuem entonação diferente dos Estados Unidos e dos demais países ocidentais, encontra seu lastro nos documentos oficiais e na análise da atuação comparada dos dois na ONU, assim como influencia a criação de um foro de Estados como BRIC e nos entendimentos em nível trilateral entre China, Rússia e Índia.

Portanto, é a partir da visão de parceria estratégica que é possível compreender a recente intensificação nas relações sino-russas, e como são

fundamentais para o sucesso da BRI em um primeiro plano de expansão eurasiático. Em busca de mudanças na ordem internacional que os favoreça como países emergentes, China e Rússia buscam beneficiar-se mutuamente em ações coordenadas; o que se torna mais evidente com a análise das novas tendências chinesas para a economia mundial, com foco em infraestrutura e comércio, coordenada em ações conjuntas. Serbin (2019, 63-65) destaca como a Rússia vem gradativamente se tornando a principal parceira energética da China, assim como uma das principais fornecedoras de armamento. As complementaridades entre os dois países resultam em posições conjuntas que vão além do comércio de gás e petróleo, como a cooperação econômica e na área de segurança, como a citada OSX. Podemos citar a cooperação na Ásia Central, onde ambos os países compreendem os interesses estratégicos de cada um, como o interesse russo em manter as ex-repúblicas soviéticas sob sua esfera de influência e o interesse chinês em manter a expansão de suas rotas comerciais em uma área de menor concorrência que a Ásia-Pacífico. Esta conjuntura resulta nos atuais acordos de cooperação chineses com a EAEU.

Nesse sentido, é preciso se debruçar sobre as características de dois importantes projetos que envolvem China e Rússia no escopo da BRI, como as rotas *New Eurasian Land Bridge* e da *China-Mongolia-Russia Corridor*. A primeira pretende transformar-se na principal passagem logística entre a Europa e a Ásia nas próximas décadas. Esta apresenta-se como mais rápida que a rota marítima atualmente existente, com o potencial de reduzir o custo logístico com um uso intensivo em economia de escala, e mais barata que o transporte aéreo (Bradsher 2013). Ao atravessar sete províncias chinesas, todo o Cazaquistão, a Rússia ocidental e todo o Belarus, até finalmente chegar à União Europeia, a rota demonstra a coesão para a cooperação atualmente existente entre o governo chinês e a União Econômica Eurasiática, representada pelos três últimos países. Além da integração entre os atuais sistemas ferroviários existentes em tais países, outra estratégia adotada para o devido sucesso do corredor econômico é a facilitação do desembarço aduaneiro no trajeto, com a adoção de acordos de comércio com a Polônia, Rússia e Cazaquistão.

A segunda rota, chamada *China-Mongolia-Russia Corridor*, envolve duas linhas de alta velocidade: Pequim/Tianjin/Hebei-Rússia, via Mongólia Interior, e Dalian-China. A partir de rotas já preexistentes, há projetos em conjunto de expansão do seu uso entre tais países. A passagem norte será construída de modo a conectar o Círculo Econômico da Baía de Bohai (Pequim, Dalian e Tianjin) à Europa ocidental, integrando a BRI às iniciativas russas e mongóis de infraestrutura: o Plano Ferroviário Transcontinental e a Rota das Estepes, respectivamente. Nesse contexto, é importante adicionar a estratégia de utilização do Renminbi como divisa internacional, visto que tais

financiamentos foram feitos na moeda chinesa, em maio de 2015, avaliados em 25 bilhões de dólares.

A estratégia de mútua acomodação de interesses tem se mostrado positiva, na qual o governo chinês adota a postura de estabelecer acordos com os países-membros da EAEU em bloco, e não separadamente, o que mantém a estrutura da integração regional liderada pela Rússia (Gabuev 2015). Assim, ambos os países acomodam os seus principais interesses na região; a expansão econômica e comercial chinesa, que necessita de novos mercados para seus produtos, e a manutenção da zona de influência russa pós-soviética, focada principalmente em termos de segurança e energia. A parceria sino-russa, juntamente com a integração de seus respectivos projetos econômicos, representa uma concorrência geoestratégica frente às posições defendidas pelos EUA na Eurásia.

## **As Disputas China-EUA na Eurásia: Do Conceito de Ásia-Pacífico ao de Indo-Pacífico**

A intensificação das disputas comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China impactou as relações político-econômicas na Eurásia. Os avanços chineses em produção, finanças e tecnologia mudaram o cenário da disputa. O país asiático tem grande capacidade de ação, dadas as suas enormes reservas cambiais, que chegam a cerca de US\$ 3 trilhões; uma grande capacidade de importação que rivaliza com o volume dos EUA; uma estratégia para apoiar investimentos produtivos e de infraestrutura em todo o mundo por meio da *Belt and Road Initiative* (BRI); e, recentemente, avanços tecnológicos no setor de tecnologia da informação, como a criação de uma base competitiva para Internet 5G e sistemas de inteligência artificial que também rivalizam com os EUA. Todos estes fatores tornam a RPC uma forte concorrente de Washington, cuja política de contenção da China se intensificou a partir de 2011, quando foi lançada a estratégia de um “pivô para a Ásia”, também conhecida como a estratégia de “Um século americano na Ásia-Pacífico”.

Esta estratégia foi anunciada pela Secretária de Estado Hillary Clinton, em outubro de 2011, no Havaí, às vésperas da reunião de cúpula da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC). Trata-se de uma iniciativa para angariar apoio entre seus aliados, garantir a hegemonia do país na região e também criar embaraços para a ascensão chinesa, que à época postulava sua estratégia de “desenvolvimento pacífico” (Pires e Lacerda Mattos 2016). Nas palavras de Clinton:

But today, there is a need for a more dynamic and durable transpacific system, a more mature security and economic architecture that will promote security, prosperity, and universal values, resolve differences among nations, foster trust and accountability, and encourage effective cooperation on the scale that today's challenges demand. And just as the United States played a central role in shaping that architecture across the Atlantic – to ensure that it worked, for us and for everyone else – we are now doing the same across the Pacific. The 21st century will be America's Pacific century, a period of unprecedented outreach and partnership in this dynamic, complex, and consequential region. (Clinton 2011)

No bojo dessa estratégia, temos verificado, desde 2010, uma maior atuação dos Estados Unidos nessa região, não apenas no sentido de aumentar sua presença militar, mas de reforçar os laços com aliados para refrear a ascensão chinesa. Nesse aspecto, é importante mencionar iniciativas no campo comercial para isolar a China, como a Parceria Trans-Pacífico (TTP) e a Parceria Trans-Atlântica de Comércio e Investimentos (TTIP). A ascensão de Donald Trump, em que pese os Estados Unidos tenham se retirado de ambas, nos primeiros dias de mandato, não alterou o curso da contenção da China. A abordagem passou a ser mais direta, com a imposição de pesas taxas alfandegárias sobre a importação de produtos chineses (guerra comercial), como também iniciou uma série de sanções contra empresas de tecnologia, como é o caso da Huawei e da ZTE, a guerra tecnológica (Paulino e Pires 2021).

A denominada guerra comercial ainda em curso e a imposição mútua de tarifas iniciada em 2018 está imbricada na acirrada disputa tecnológica pela vanguarda na chamada Indústria 4.0, especialmente o estabelecimento mundial do 5G como novo padrão de telecomunicações. Está em curso uma tentativa por parte dos EUA de isolamento do 5G chinês como padrão, sugerindo o seu banimento aos seus aliados mais próximos na União Europeia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (Pires e Nascimento *op. cit.*, 11). Conforme estabelece a *National Defense Strategy*, de 2018,

O desafio central para a prosperidade e segurança dos EUA é o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo pelo que a Estratégia de Segurança Nacional classifica como poderes revisionistas. Está ficando cada vez mais claro que China e Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário - ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações (Department 2018, tradução própria).

Atualmente, ocorreu uma mudança bastante significativa da

estratégia norte-americana de contenção da China. O que antes englobava apenas a “Ásia Pacífico” se estendeu para a bacia do Oceano Índico, num claro intento de envolver a Índia, vizinho com o qual a China possui controvérsias sobre a delimitação da fronteira, na contenção da China. Esta nova posição é representada pelo *Quadrilateral Security Dialogue (Quad)* – EUA, Japão, Austrália e Índia – e pela visão geoestratégica de contenção do Indo-Pacífico. Esta narrativa geopolítica da Eurásia busca uma contraposição à gradativa preponderância chinesa na região da Ásia-Pacífico. O Comando do Pacífico – rebatizado em 30 de maio de 2018 como Comando do Indo-Pacífico (Usindopacom) - dos EUA (Uspacom 2018) promove esta visão com relação à Eurásia desde a Guerra Fria, quando a influência soviética passou a ser mais presente rumo a saídas para o Índico. A atualização desta narrativa regional acompanha as preocupações sobretudo de segurança de Austrália, Índia e Japão, que temem o estabelecimento de um alinhamento sinocêntrico na denominada Ásia-Pacífico, pondo o Indo-Pacífico como uma visão concorrente de contenção (Serbin *op. cit.*, 30).

A estratégia do Indo-Pacífico busca alternativas de contrabalanceamento da forte presença da China no comércio dos principais aliados dos Estados Unidos na região, como Japão, Indonésia, Coreia do Sul, Filipinas e a província de Taiwan. Nesse sentido, merece destaque a Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), firmada em novembro de 2020, que surge como acordo de comércio substitutivo à Parceria Transpacífico (TPP), iniciativa liderada pelos Estados Unidos e frustrada pelas visões isolacionistas do governo Trump (Pires e Nascimento 2020, 9-10).

A RCEP consolidou-se em 2020 como um acordo de comércio entre 15 países da Ásia-Pacífico - 10 membros da ASEAN e 5 dos seus maiores parceiros comerciais – sendo: Austrália; Brunei; Camboja; China; Coreia do Sul; Filipinas; Indonésia; Japão; Laos; Malásia; Mianmar; Nova Zelândia; Singapura; Tailândia e Vietnã; 9 destes membros da frustrada TPP, a qual não obteve ratificações suficientes para entrar em exercício, e teve de ser reformulada sem os Estados Unidos – portanto perdendo a maior parte da sua relevância econômica. Esta congrega em um único acordo comercial – o maior da história - um terço da população e economia mundiais sem a presença dos EUA (Wong; Zhou 2020) o que deixa a RPC em vantagem para uma retomada econômica mundial em uma conjuntura pós-pandemia de Covid-19. Chama atenção a ausência da Índia, que participava das negociações e abandonou o acordo no momento de sua assinatura.

Devido a sobreposição dos acordos, e o potencial sucesso da RCEP, uma vitória chinesa em meio às disputas econômicas e geopolíticas com os EUA na Eurásia – assim como o crescente interesse de mais membros no supercontinente em aderir à BRI. Atualmente, a iniciativa chinesa conta

com 138 membros, 65 destes no supercontinente e na Ásia-Pacífico (Green BRI 2020). Desta forma, uma acirrada disputa por espaços de influência e integração econômica configura-se, com recente vantagem relativa chinesa no sucesso de seus projetos geoestratégicos.

A China encontra-se em uma posição privilegiada em acordos comerciais por acesso aos mercados da Ásia-Pacífico, sobretudo o Sudeste Asiático a partir da ASEAN. A ausência da Índia na conclusão dos acordos da RCEP é um reflexo das desconfianças mútuas nas relações sino-indianas e também das pressões de Washington sobre o governo do direitista Narendra Modi. A “Santa Aliança geoeconomômica e geopolítica dos EUA, Índia, Japão e Austrália” (El Horizonte 2017 *apud* Serbin *op. cit.*, 31) é uma contraposição em construção frente à RCEP - apesar da ausência de um acordo comercial estabelecido nesta visão do Indo-Pacífico. Nesse contexto, as preocupações pela segurança regional da Índia são expressas principalmente pela construção da Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), na qual o Índico é crucial para o seu desenvolvimento, mas também daquilo que a Índia enxerga como ameaça à sua segurança diante do Corredor Econômico China-Paquistão.

Nesse sentido, na perspectiva dos Estados Unidos e seus aliados, além da BRI como proposta chinesa para a Eurásia – principalmente a partir dos expostos *Silk Road Economic Belt* (SREB) e a *21st Century Maritime Silk Road* – a RCEP é percebida como uma ameaça uma vez que é capaz de aproximar ainda mais a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) da China como novo centro de gravidade da economia mundial.

Em contrapartida, o *Quad* afirma buscar um “Indo-Pacífico livre e aberto, [...] inclusivo, saudável, ancorado em valores democráticos, e livre de coerção” (White House 2021, tradução própria). O Departamento de Estado dos EUA, em 2019, em documento denominado *A Free and Open Indo-Pacific: Advancing a Shared Vision*, cita abertamente a República Popular da China (RPC) como adversária e contrária aos valores preconizados pela parceria *Quad*. Nas menções feitas a Beijing, a RPC é acusada de reprimir brutalmente minorias étnicas em Xinjiang, interferir na província do Tibete, e impedir a autonomia de Hong Kong; ademais, ao definir critérios para a segurança marítima, Washington urge Beijing a resolver controvérsias no Mar do Sul da China “sem coerção”, classificando as reivindicações chinesas como “provocações” que estariam impedindo o acesso de membros da ASEAN a receitas de US\$2,5 trilhões em recursos energéticos; por último, o *Quad* estaria respondendo a tais agressões por meio de exercícios militares conjuntos (DoS 2019, 21-23). Portanto, a retórica destinada à RPC tem como foco a estratégia militar e é antagonista, e estabelece as iniciativas e interesses chineses como ameaça aos países do quadrilátero e da ASEAN.

Na competição estratégica China-EUA, a contenção estadunidense

frente ao avanço chinês é a tônica da disputa por parcerias geoestratégicas na Eurásia; a China a partir de sua preponderância econômica na região, e os EUA usando do seu maior poder militar, apesar das perdas de liderança no poder econômico. Nestes planos concorrentes, o poder de barganha de países como Índia, Indonésia e Austrália eleva-se, em como estes serão inseridos nos acordos estabelecidos por Pequim e Washington. A posição marginal da Índia no plano da Ásia-Pacífico pode reforçar sua predileção pelo plano estadunidense, apesar da falta de um plano econômico melhor estruturado frente ao chinês. Sua posição geográfica torna-se estratégica e mais bem privilegiada na configuração do Indo-Pacífico. Serbin destaca que

O mais óbvio ganhador é a Índia, uma potência regional que tem um crescente impacto mundial e um protagonismo maior no processo de globalização tanto pelo seu rápido crescimento econômico, como pelo seu peso demográfico. Por outra parte, sua privilegiada localização geográfica entre o Oceano Índico e o Pacífico – por onde transita 90 por cento do comércio global – ‘situam a Índia na vanguarda geopolítica global’. O conceito de Indo-Pacífico lhe outorga uma posição central frente à marginalização geográfica que a deixa na concepção habitual da Ásia-Pacífico, e, por sua vez, se constitui em um estímulo para desenvolver sua Armada e converter-se em uma potência naval. Precisamente a Estratégia de Segurança Marítima que a Armada indiana elaborou em 2015 já menciona o Indo-Pacífico [...] entre as zonas de interesse marítimo primário inclui os gargalos entre os dois oceanos: os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok (Serbin op. cit., 33, tradução própria).

A União Europeia, visto o caráter eurasiático da geoestratégia do Indo-Pacífico defendida pelos EUA, também está incluída por este em um plano de contenção da influência chinesa no supercontinente. A partir de parcerias em segurança regional estabelecidas principalmente no âmbito da OTAN, grandes potências do bloco europeu – como Alemanha, França e Reino Unido - estão incluídas nos interesses estadunidenses de segurança e de contenção na Eurásia a partir do ocidente, frente a Rússia e a EAEU.

Não obstante, quando se considera a perspectiva da União Europeia, o caráter concorrente do Indo-Pacífico e do *Quad* com relação à BRI, especialmente em termos de segurança regional, pode enfrentar resistências internas nas suas instituições, especialmente de países que são membros da BRI e buscam investimentos chineses em infraestrutura e comércio, como Portugal, Itália, e os países do Grupo de Visegrado – Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria. Este problema é ainda maior quando se observa que os Estados Unidos têm adotado estratégias extremamente duras para evitar a conclusão do gasoduto russo-germânico “Nord Stream II”, contrariando

fortemente o interesse de Berlim.

O mercado interno europeu, de cerca de 450 milhões de habitantes (o grupo EU-27), e de um PIB *per capita* superior a 30 mil euros, é de extrema relevância pela sua capacidade de consumo – o que, assim como o mercado chinês, incentiva a cooperação econômica sino-europeia. Os investimentos europeus na China, assim como o mercado comum europeu, são vantajosos sob o paradigma econômico e comercial chinês, pela União Europeia ser uma assídua consumidora de produtos chineses, além de prover fontes de investimento estrangeiro direto. Igualmente, o investimento chinês em infraestrutura, tecnologia e aquisições na Europa, assim como a negociação desde 2014 de um tratado comercial, demonstra o caráter indispensável da União como parceira chinesa (Szcudlik; Kulesa 2020, 12-13) – sendo um importante polo da BRI e de essencial importância geoestratégica na Eurásia.

Porém, a oportunidade de cooperação econômica é contrabalanceada por preocupações geopolíticas e de segurança, visto a similaridade dos membros da UE e da OTAN – e, portanto, dos precursores da geoestratégia contencionista do Indo-Pacífico. De um modo geral, o grande desafio da União Europeia é acomodar interesses concorrentes de diferentes parceiros e seus planos geoestratégicos conflitantes (Kuo 2018); no caso, a concorrência das configurações da Ásia-Pacífico e do Indo-Pacífico e os diferentes planos de inclusão da União Europeia nas duas estratégias: o primeiro plano aponta para um aprofundamento da cooperação nos planos econômicos e de infraestrutura, enquanto o segundo enfatiza uma estrutura de segurança e de contenção da influência chinesa.

## Considerações Finais

Tal como discutimos em nosso trabalho, a movimentação política levada à cabo por Estados Unidos, Rússia e China, é variável-chave para a compreensão dos rumos da política internacional nas próximas décadas. Há três posturas que se destacam nesse processo: dos Estados Unidos, quando busca criar os meios para refrear o avanço de seus concorrentes com vista a estender sua posição hegemônica; da Rússia, que procura restabelecer o seu status de grande potência ao reconstruir sua influência no contexto eurasiático, tal como fora no período da URSS; e da China, que busca garantir os meios para alcançar o seu fortalecimento interno, a modernização da economia e atingir a condição de país plenamente desenvolvido em 1949.

Especificamente com relação às disputas entre China e Estados Unidos, é importante considerar o aumento da influência da China no contexto da Ásia-Pacífico, e as estratégias de contenção dos EUA na frente europeia,

contra a Rússia, e na frente recém denominada de Indo-Pacífico contra a China. Podemos observar diferentes percepções na atuação destes atores: de um lado, uma posição cooperativa chinesa; de outro, a posição estadunidense mostra defensiva e agressiva, a partir de uma lógica de segurança e contenção. Ao invés do oferecimento de planos de cooperação econômica paralelos aos chineses na Eurásia, de mesma magnitude, os Estados Unidos não oferecem alternativas econômicas, pelo contrário: desde o início do governo Trump, e agora com o governo Biden, vemos aumentar o protecionismo e as iniciativas de reconstruir em seu território as cadeias produtivas baseadas na Ásia, principalmente após os episódios de desabastecimento verificadas após a propagação da epidemia de COVID-19.

Em contraste, temos visto incentivos para a cooperação sino-russa na Ásia Central e uma maior aproximação com a ASEAN e outros países da bacia do Oceano Pacífico. Portanto, a partir da convergência sino-russa de iniciativas de integração econômica na Eurásia, a EAEU, a BRI e a RCEP, juntas, formam o eixo sino-russo de cooperação na Ásia-Pacífico; enquanto os EUA organizam uma estratégia de contenção deste avanço coordenado, a partir da geoestratégia do Indo-Pacífico, centrada no *Quad*, de modo a disputar preponderância principalmente na ASEAN.

Apesar das fortes pressões exercidas pelos Estados Unidos e seus aliados, buscando conter a ascensão da China e de um novo status para a Federação da Rússia, a realidade tem mostrado que os avanços até aqui realizados pelas duas potências eurasiáticas serão difíceis de se reverter. A estratégia dos Estados Unidos de rivalizar com ambas as potências cria o cenário que indesejado pelos formuladores da política externa do país, qual seja, a de evitar a cooperação entre dois gigantes, como China e Rússia. Isso coloca os EUA em posição defensiva, pois ambos os países são membros do Conselho de Segurança da ONU, possuem armamento estratégico e, mais especificamente com relação à China, possuem um peso econômico que jamais a extinta URSS projetou. O caminho da História está sempre aberto, mas constranger simultaneamente duas grandes potências parece ser um erro estratégico da potência hegemônica.

## REFERÊNCIAS

- China-Britain Business Council. 2015. “One Belt One Road: new opportunities in China and beyond”. In: *A role for UK companies in developing China’s new initiative: new opportunities in China and beyond*.
- Clinton, H. 2011. *America’s Pacific Century*. 10 nov. 2011. US Department State. Available at: <<https://2009-2017.state.gov/>

secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>

- CNN. 2019. *Russia switches on gas mega-pipeline to China as Putin touts closer ties*. 03/12/2019. Available at: <<https://edition.cnn.com/2019/12/03/asia/china-russia-gas-pipeline-intl-hnk/index.html>>
- Conti, B.; Mozas, P. 2020. “A Iniciativa Cinturão e Rota: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 9, n. 17.
- Department of Defense. 2018. *National Defense Strategy The United States of America: Sharpening the American Military’s Competitive Edge. (Summary Version)*. Washington DC. Available at: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>.
- Escobar, P. 2017. *Putin, Xi Jinping e parceiros na Nova Rota da Seda*. Porto Alegre: Carta Maior. Available at: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Putin-Xi-Jinping-e-parceiros-na-Nova-Rota-da-Seda/6/38105>>
- Freire, M. 2013. “Confluência na Ásia? As relações Rússia-China”. *Relações Internacionais*, Lisboa, n.38. Available at: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000200008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200008)>.
- Gabuev, A. 2015. *Eurasian Silk Road Union: towards a Russia-China consensus?* Tóquio: The Diplomat. Available at: <<http://thediplomat.com/2015/06/eurasian-silk-road-union-towards-a-russia-china-consensus/>>
- Green Belt and Road Initiative Center. 2020. *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. Beijing. Available at: <<https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri?cookie-state-change=1607656613607>>
- Kissinger, H. 2011. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kowarski, A. 2013. *Fortalecendo laços: o conceito chinês de parceria estratégica aplicado às relações bilaterais sino-russa e sino-brasileira*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Kuo, M. 2018. *What the EU Thinks of the US ‘Indo-Pacific’ Strategy*. The Diplomat. Available at: <<https://thediplomat.com/2018/01/what-the-eu-thinks-of-the-us-indo-pacific-strategy/>>.

- Le Monde Diplomatique. 2003. *A base dos EUA na Ásia central*. Available at: <<https://diplomatique.org.br/a-base-dos-eua-na-asia-central/>>
- Lewis, D. 2018. "Geopolitical Imagination in Russian Foreign Policy". *The Evolution of 'Greater Eurasia'*. *Europe-Asian Studies* Available at: <<https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1515348>>.
- Mikhailova, I. 2013. "Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais". *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2, n.3. Available at: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702>>
- Paulino, L. A.; Pires, M.C. 2021. "A competição entre Estados Unidos x China e o governo Biden". In: Alves, G. *Trabalho e geopolítica global*: Marília: Praxis Editorial.
- Pires, M. C.; Lacerda Mattos, T. C. 2016. "Reflexões sobre a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China na perspectiva do capitalismo histórico". *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 5, 54-90.
- Pires, M.C.; Nascimento, L.G. 2020. "The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations". *International Organisations Research Journal (IORJ)*, Moscou, vol. 15, n. 3. DOI: 10.17323/1996-7845-2020-03-08.
- Sang, B. 2019. *Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUCSP.
- Serbin, A. 2019. *Eurasia y América Latina en un mundo multipolar*. Barcelona: Icaria.
- Sergi, B. 2018. "Putin's and Russian-led Eurasian Economic Union: A hybrid half-economics and half-political 'Janus Bifrons'". *Journal of Eurasian Studies*.
- Szczudlik, J.; Kulesa, L. (orgs.). 2020. "How China and Russia Could Join Forces Against the European Union". *The Polish Institute of International Affairs (PISM)*, Varsóvia.
- The Guardian. 2014. *Russia signs 30-year deal worth \$400bn to deliver gas to China*. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2014/may/21/russia-30-year-400bn-gas-deal-china>>
- The White House. 2021. *Renewing America's Advantages: Interim National Security Strategic Guidance*. Washington DC. Available at: <<https://www>.

[whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/03/interim-national-security-strategic-guidance/](https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/03/interim-national-security-strategic-guidance/)

Thomas, E. 2018. "Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand". *Mercator Institute for China Studies*, 07 jun. 2018. Available at: <<https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>>

Wohlforth, W. 1999. "The Stability of a Unipolar World". *International Security*, 24 (1), 5-41.

Wong, C. 2020. "15 Asian nations sign RCEP, world's biggest free-trade deal, after eight years". *South China Morning Post*. Available at: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109939/china-declares-victory-15-asian-nations-sign-worlds-biggest>>

Zhou, L. 2020. "What is RCEP and what does an Indo-Pacific free-trade deal offer China?". *South China Morning Post*. Available at: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109436/what-rcep-and-what-does-indo-pacific-free-trade-deal-offer>>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os principais elementos e processos geopolíticos em curso na Eurásia, envolvendo três atores essenciais: Estados Unidos, Rússia e China. Primeiramente, é enfatizada a importância da Eurásia como espaço que historicamente influenciou as disputas hegemônicas entre grandes potências. Em seguida, a Eurásia é analisada como um espaço de cooperação para o desenvolvimento, apresentando as interseções do BRI chinês e da EAEU russa. Por último, aborda-se a estratégia dos EUA em relação à China, especificamente a geoestratégia do Indo-Pacífico. Concluímos que, apesar da intensa pressão para conter a ascensão da China e da Rússia na Eurásia, rivalizar com as duas grandes potências não é viável. No conjuntura atual, o Indo-Pacífico irá impulsionar a cooperação entre dois gigantes, China e Rússia.

## PALAVRAS-CHAVE

China; Rússia; Estados Unidos.

*Recebido em 18 de agosto de 2021  
Aceito em 09 de dezembro de 2021*